

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

**Demonstrações Contábeis em
30 de junho de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findos em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	30.06.2015	30.06.2014	Passivo	30.06.2015	30.06.2014
ATIVO CIRCULANTE	31.059.957	26.660.317	PASSIVO CIRCULANTE	2.207.385	4.496.886
Disponibilidades (Nota 4)	217	548	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	2.005.295	3.300.296
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	4.268.231	5.194.292	Recursos de debêntures	2.005.295	3.300.296
Aplicações no mercado aberto	4.268.231	5.194.292	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	428	2.112
			FINAME	428	2.112
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	26.729.087	21.315.678	Instrumentos Financeiros Derivativos	284	2.882
Carteira própria (Nota 6a)	1.257	2.372	Outras Obrigações	201.378	1.191.596
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	10.499	8.057	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	75.228	344.248
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	26.717.331	21.305.249	Negociação e intermediação de valores	81	-
Operações de Arrendamento Mercantil	(8.561)	(22.586)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	114.171	827.832
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	180.772	432.140	Diversas (Nota 14b)	11.918	19.516
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(173.134)	(418.774)			
Adiantamentos a fornecedores	2.915	4.375	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	28.813.515	24.672.534
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(19.114)	(40.327)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	28.813.515	24.672.534
Outros Créditos	67.212	164.127	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	28.729.903	24.342.921
Negociação e intermediação de valores	-	16	Recursos de debêntures	28.729.903	24.342.921
Diversos (Nota 8)	67.742	167.002	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	10.921	3.383
(Provisão para outros créditos)	(530)	(2.891)	FINAME	10.921	3.383
Outros Valores e Bens (Nota 9)	3.771	8.258	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	20.477
Bens não de uso próprio	3.868	5.046	Outras Obrigações	72.691	305.753
(Provisão para desvalorizações)	(1.175)	(1.258)	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	46.803	92.271
Despesas antecipadas	1.078	4.468	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	25.621	213.482
			Diversas (Nota 14b)	267	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	921.991	3.495.220	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	961.048	986.117
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	528.228	1.852.338	Capital	872.800	872.800
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	-	1.293.829	De domiciliados no País (Nota 17a)	872.800	872.800
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	-	1.293.829	Reservas de Lucros (Nota 17b)	59.624	36.393
Operações de Arrendamento Mercantil	(4.420)	(10.248)	Lucros acumulados	28.624	76.924
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	90.105	157.452			
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(87.792)	(153.733)			
Adiantamentos a fornecedores	577	1.075			
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(7.310)	(15.042)			
Outros Créditos	532.648	568.757			
Diversos (Nota 8)	532.851	569.489			
(Provisão para outros créditos)	(203)	(732)			
PERMANENTE	393.763	1.642.882			
Investimentos (Nota 10)	8.999	9.019			
Outros investimentos	13.937	13.937			
(Imparidade acumulada)	(4.938)	(4.918)			
Imobilizado de Uso	-	-			
Outras imobilizações de uso	186	186			
(Depreciações acumuladas)	(186)	(186)			
Imobilizado de Arrendamento (Nota 11a)	385.277	1.609.564			
Bens arrendados	769.697	2.109.008			
Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279			
(Depreciações acumuladas)	(577.671)	(1.712.723)			
Diferido (Nota 11a)	19.487	24.299			
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943			
(Amortização acumulada)	(12.640)	(12.644)			
TOTAL DO ATIVO	31.981.948	30.155.537	TOTAL DO PASSIVO	31.981.948	30.155.537

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		1º semestre 2015	1º semestre 2014
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	485.728	866.781
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	327.810	264.722
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6d.8)	1.440.743	1.143.093
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de captação no mercado	(Nota 12b)	(1.730.831)	(1.323.048)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 13c)	(532)	(703)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	(443.517)	(789.290)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 7f)	(12.190)	(29.093)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
		67.211	132.462
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 15a)	-	16
Despesas de pessoal	(Nota 15b)	-	(266)
Outras despesas administrativas	(Nota 15c)	(8.044)	(11.219)
Despesas tributárias	(Nota 18c)	(4.727)	(8.554)
Outras receitas operacionais	(Nota 15d)	4.339	4.099
Outras despesas operacionais	(Nota 15e)	(3.571)	(2.693)
RESULTADO OPERACIONAL			
		55.208	113.845
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
	(Nota 16)	(101)	17.549
Receitas não operacionais		1.092	21.099
Despesas não operacionais		(1.193)	(3.550)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES			
		55.107	131.394
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
	(Nota 18a)	(24.977)	(50.421)
LUCRO LÍQUIDO			
		30.130	80.973
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro por lote de mil ações - R\$		59.031,53	158.645,34
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Expansão	Outras			
Saldos em 31.12.2013	998.800	32.344	296.158	78.173	-	-	1.405.475
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-
Redução do Capital Social (Nota 17a)	(126.000)	-	-	-	-	-	(126.000)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	80.973	80.973
Destinações:							
- Reserva legal	-	4.049	-	-	-	(4.049)	-
- Dividendos (Nota 17c)	-	-	(296.158)	(78.173)	-	-	(374.331)
Saldos em 30.06.2014	872.800	36.393	-	-	-	76.924	986.117
Mutações do período	(126.000)	4.049	(296.158)	(78.173)	-	76.924	(419.358)
Saldos em 31.12.2014	872.800	38.764	-	19.354	1.386	-	932.304
Reserva de expansão	-	-	19.354	(19.354)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	-	-	-	(1.386)	-	(1.386)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	30.130	30.130
Destinações:							
- Reserva legal	-	1.506	-	-	-	(1.506)	-
Saldos em 30.06.2015	872.800	40.270	19.354	-	-	28.624	961.048
Mutações do período	-	1.506	19.354	(19.354)	(1.386)	28.624	28.744

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	55.107	131.394
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	430.032	752.502
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 7f)	12.190	29.093
Depreciações e amortizações	91.202	183.104
Insuficiência de depreciação	329.982	551.664
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 16)	20	1.993
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	75	(2.071)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 16)	-	(10.392)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	6	250
Recursos (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.921)	(899)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.522)	(240)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	485.139	883.896
Variações Patrimoniais	(2.192.423)	(726.143)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(3.364.540)	(1.345.247)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(9.305)	(6.865)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	82.908	46.342
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.788	4.542
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.179)	(154.377)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.634.054	1.240.336
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(1.559)	(2.804)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(363.590)	(508.070)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(1.707.284)	157.753
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	29	-
(Aquisição) de investimentos	-	(5.684)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(16.713)	(200.845)
(Aquisição) de diferidos	(9.749)	(33.590)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	542.971	-
Alienação/Redução de investimentos	-	10.392
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	41.782	257.019
Alienação de diferidos	715	12.517
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	559.035	39.809
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
(Redução) de capital (Nota 17a)	-	(126.000)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos	-	(400.389)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(526.389)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.148.249)	(328.827)
Início do período	5.416.697	5.523.667
Fim do período (Nota 4)	4.268.448	5.194.840
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.148.249)	(328.827)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
Receitas	2.242.758		2.264.474	
Receita da intermediação financeira	2.254.281		2.274.596	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	-	(Nota 15a / 15b)	16	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.190)	(Nota 7f)	(29.093)	
Outras receitas/despesas	667	(Nota 15d / 15e / 16)	18.955	
Despesas da intermediação financeira	(2.083.679)		(1.929.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(8.005)		(11.175)	
Materiais, água, energia e gás	-	(Nota 15c)	(1)	
Serviços de terceiros	(2)	(Nota 15c)	(6)	
Processamento de dados	(2.732)	(Nota 15c)	(2.720)	
Comunicações	(13)	(Nota 15c)	-	
Serviços de vigilância e segurança	(1)	(Nota 15c)	-	
Propaganda e publicidade	(140)	(Nota 15c)	(147)	
Serviços do sistema financeiro	(231)	(Nota 15c)	(909)	
Serviços técnicos especializados	(3.675)	(Nota 15c)	(2.827)	
Outras	(1.211)	(Nota 15c)	(4.565)	
Valor Adicionado Bruto	151.074		323.362	
Despesas de amortização/depreciação	(91.201)		(183.104)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	59.873		140.258	
Valor Adicionado a Distribuir	59.873	100,00%	140.258	100,00%
Valor Adicionado Distribuído	59.873	100,00%	140.258	100,00%
Pessoal	-	0,00%	220	0,16%
Salários e honorários	-	(Nota 15b)	204	
FGTS	-		16	
Impostos, Taxas e Contribuições	29.705	49,61%	59.021	42,08%
Federais	28.460		58.355	
Estaduais	722		-	
Municipais	523		666	
Remuneração de Capitais de Terceiros	38	0,06%	44	0,03%
Aluguéis	38	(Nota 15c)	44	
Remuneração de Capitais Próprios	30.130	50,33%	80.973	57,73%
Lucro retido	30.130		80.973	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 06 de Agosto de 2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos.
- Reclassificação de Provisão para operações de crédito e Provisão para operações de arrendamento mercantil para Provisão para outros créditos.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais.

Balanço Patrimonial

	30.06.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Arrendamento Mercantil	(12.387)	(25.897)	(38.284)
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	622.006	(32.414)	589.592
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(575.401)	2.894	(572.507)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(58.992)	3.623	(55.369)
Outros créditos	706.971	25.897	732.868
Diversos (Nota 8)	706.971	29.520	736.491
(Provisão para outros créditos)	-	(3.623)	(3.623)

Demonstração do Resultado

	1º Semestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.272.548	2.048	2.274.596
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7b)	864.733	2.048	866.781
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	130.414	2.048	132.462
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(16.569)	(2.048)	(18.617)
Outras despesas operacionais (Nota 7b)	(645)	(2.048)	(2.693)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17.549	-	17.549
Receitas não operacionais (Nota 16)	19.791	1.308	21.099
Despesas não operacionais (Nota 16)	(2.242)	(1.308)	(3.550)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados

estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio,

índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco,

somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas

ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN n° 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN n° 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN n° 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1° de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1° de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	217	548
Disponibilidades em moeda nacional	217	548
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(a) 4.268.231	5.194.292
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	4.268.231	5.194.292
Total	4.268.448	5.194.840

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2015	30.06.2014
Aplicações no Mercado Aberto		
Re vendas a liquidar - posição bancada	4.268.231	5.194.292
Letras Financeiras do Tesouro	31.701	-
Letras do Tesouro Nacional	3.707.307	4.691.329
Notas do Tesouro Nacional	529.223	502.963
Total	4.268.231	5.194.292
Ativo circulante	4.268.231	5.194.292

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Rendas de aplicações no mercado aberto	267.696	264.619
Posição bancada	267.696	264.619
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	4
Total	267.696	264.623

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração “Balanco Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	30/06/2015						30/06/2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	-	4.002	6.497	10.499	10.499	-	9.151	9.122	(29)
Títulos Públicos	-	4.002	6.497	10.499	10.499	-	9.151	9.122	(29)
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.002	6.497	10.499	10.499	-	9.151	9.122	(29)
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.257	-	-	1.257	1.257	-	1.307	1.307	-
Títulos Privados	1.257	-	-	1.257	1.257	-	1.307	1.307	-
Cotas de Fundos de Investimentos	1.257	-	-	1.257	1.257	-	1.307	1.307	-
Total (1 + 2)	1.257	4.002	6.497	11.756	11.756	-	10.458	10.429	(29)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	30/06/2015						30/06/2014		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	1.257	-	-	1.257	1.257	-	2.375	2.372	(3)
Vinculados à prestação de garantias	-	4.002	6.497	10.499	10.499	-	8.083	8.057	(26)
Total	1.257	4.002	6.497	11.756	11.756	-	10.458	10.429	(29)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	30/06/2015					30/06/2014	
	Valor de Mercado			Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	4.002	6.497	10.499	10.499	9.151	9.122
Títulos disponíveis para venda	1.257	-	-	1.257	1.257	1.307	1.307
Total	1.257	4.002	6.497	11.756	11.756	10.458	10.429

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	1.257	-	1.257	2.372	-	2.372
Vinculados à prestação de garantias	10.499	-	10.499	8.057	-	8.057
Total	11.756	-	11.756	10.429	-	10.429

a.5) Resumo da carteira por categoria

	30.06.2015		30.06.2014	
1 - Títulos para negociação	10.499	89%	9.122	87%
2 - Títulos disponíveis para venda	1.257	11%	1.307	13%
Valor contábil / mercado da carteira	11.756	100%	10.429	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	267.696	264.623
Títulos de renda fixa	60.060	61
Aplicações em fundos de investimento	54	38
Total	327.810	264.722

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não houveram reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	179.502	-	-	531.975	-	-
DI	179.502	-	-	531.975	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	24.334.000	94.859	207.843	17.369.177	106.584	209.737
DI	24.334.000	94.859	207.843	17.369.177	106.584	209.737
Posição Passiva	250.000	(9.456)	(284)	2.290.000	(9.408)	(23.359)
DI	-	(8.783)	-	-	-	-
Pré-fixado	250.000	(673)	(284)	2.290.000	(9.408)	(23.359)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	49.049.500	26.631.645	26.509.488	41.243.926	22.478.539	22.389.341
Box de opções - Pré-fixado	49.049.500	26.631.645	26.509.488	41.243.926	22.478.539	22.389.341

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2015	30.06.2014
Futuro	36.981	42.996	52.028	47.497	179.502	531.975
Contratos de swaps	-	18.429.000	6.155.000	-	24.584.000	19.659.177
Box de opções	-	36.683.239	12.366.261	-	49.049.500	41.243.926

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2015)

	Futuros	Swap	Box de opções
BM&FBovespa	179.502	-	-
Balcão	-	24.584.000	49.049.500
Instituições financeiras	-	24.584.000	49.049.500

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2015	30.06.2014
Letras Financeiras do Tesouro	10.499	8.057
Total	10.499	8.057

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	30.06.2015	30.06.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	-	531.975
Futuro	-	531.975
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	-	473.078
Operações de arrendamento mercantil	-	473.078

A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	-	36.744
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	-	(34.460)
Efeito Líquido	-	2.284

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a carteira de arrendamento mercantil deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular BACEN nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. O efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* esta sendo apropriado pelo prazo médio da carteira, no primeiro semestre de 2015 foi receita de R\$ 1.085.

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2015		30.06.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de <i>swaps</i>	207.843	-	209.737	-
Box de opções - Pré-fixado	26.509.488	-	21.095.512	1.293.829
Total	26.717.331	-	21.305.249	1.293.829
Passivo				
Contratos de <i>swaps</i>	284	-	2.882	20.477
Total	284	-	2.882	20.477

d.8) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
<i>Swap</i>	79.597	76.532
Futuros	(45.964)	29
Box de opção	1.406.025	1.068.628
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	1.085	(2.096)
Total	1.440.743	1.143.093

d.9) *Hedge* contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>		
	30.06.2015		30.06.2014	Derivativo	30.06.2014	
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Operações de arrendamento mercantil / taxa pré-fixada	-	-	473.078	Futuros	-	531.975

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2015	30.06.2014
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	270.877	589.592
Arrendamentos financeiros a receber	270.877	589.592
Ativo circulante	180.772	432.140
Ativo não circulante	90.105	157.452
	30.06.2015	30.06.2014
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(260.926)	(572.507)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(260.926)	(572.507)
Ativo circulante	(173.134)	(418.774)
Ativo não circulante	(87.792)	(153.733)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º	1º
	Semestre/2015	Semestre/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	485.728	866.781
Arrendamentos financeiros	195.618	345.400
Lucro na alienação de bens arrendados	276.161	509.364
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.949	12.017
Despesas de Arrendamento Mercantil	(443.517)	(789.290)
Arrendamentos financeiros	(443.517)	(789.290)
Total	42.211	77.491

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2015	%	30.06.2014	%
Setor Privado	258.941	100,00%	639.154	100,00%
Pessoa Física	82.957	32,04%	421.903	66,01%
Pessoa Jurídica	175.984	67,96%	217.251	33,99%
Agronegócio de origem animal	36	0,01%	199	0,03%
Agronegócio de origem vegetal	79	0,03%	343	0,05%
Atividades específicas da construção	11.508	4,44%	16.123	2,52%
Automotivo	3.016	1,16%	4.152	0,65%
Comércio atacadista e indústrias diversas	20.029	7,74%	27.758	4,35%
Comércio varejista	1.994	0,77%	6.273	0,98%
Construção pesada	-	-	339	0,06%
Demais atividades	1.404	0,55%	10.169	1,60%
Imobiliário	19	0,01%	90	0,01%
Instituições e serviços financeiros	-	-	11	0,00%
Madeireiro e moveleiro	9	0,00%	73	0,01%
Mineração e metalurgia	85	0,03%	338	0,05%
Papel e celulose	84	0,03%	271	0,04%
Químico	-	-	30	0,00%
Serviços	33.859	13,08%	60.335	9,44%
Têxtil e confecções	8	0,00%	53	0,01%
Transportes	103.854	40,11%	90.694	14,19%
Total	258.941	100,00%	639.154	100,00%

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamentos financeiros a receber	270.877	589.592
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(260.926)	(572.507)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	4.018	29.520
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	384.764	1.633.863
Credores por antecipação do valor residual	(139.792)	(1.041.314)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	258.941	639.154

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2015	30.06.2014
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	2.478	89.931	84.613	27.196	79	524	20	-	395	205.236	449.714
01 a 30	846	9.748	5.051	1.592	9	50	1	-	30	17.327	39.254
31 a 60	375	12.807	4.488	1.520	6	50	1	-	13	19.260	34.544
61 a 90	224	8.404	4.831	1.498	7	44	1	-	21	15.030	33.005
91 a 180	440	16.831	15.100	4.125	19	108	2	-	55	36.680	87.841
181 a 360	353	18.221	24.904	6.878	21	107	4	-	49	50.537	135.144
Acima de 360	240	23.920	30.239	11.583	17	165	11	-	227	66.402	119.926
Parcelas Vencidas	-	1.165	11	299	4	2	-	-	3	1.484	5.406
Até 14 dias	-	1.165	11	299	4	2	-	-	3	1.484	5.406
Subtotal	2.478	91.096	84.624	27.495	83	526	20	-	398	206.720	455.120
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	4.225	4.457	4.838	11.453	844	1.155	6.815	33.787	146.629
01 a 30	-	-	569	496	684	576	120	14	883	3.342	11.892
31 a 60	-	-	517	455	641	559	115	14	830	3.131	10.204
61 a 90	-	-	475	318	577	485	99	14	700	2.668	9.915
91 a 180	-	-	1.118	1.027	1.329	1.263	242	39	1.931	6.949	26.354
181 a 360	-	-	1.182	1.174	1.382	2.145	249	61	2.325	8.518	39.958
Acima de 360	-	-	364	987	225	6.425	19	1.013	146	9.179	48.306
Parcelas Vencidas (a)	-	-	692	1.192	2.867	1.854	774	36	11.019	18.434	37.405
De 0 a 14	-	-	1	334	466	268	60	7	448	1.584	3.446
15 a 30	-	-	689	208	337	325	55	4	437	2.055	5.200
31 a 60	-	-	2	650	953	619	130	6	994	3.354	7.522
61 a 90	-	-	-	-	1.111	279	114	3	837	2.344	5.115
91 a 180	-	-	-	-	-	363	415	16	3.221	4.015	8.786
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	5.061	5.061	7.304
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21	32
Subtotal	-	-	4.917	5.649	7.705	13.307	1.618	1.191	17.834	52.221	184.034
Total	2.478	91.096	89.541	33.144	7.788	13.833	1.638	1.191	18.232	258.941	639.154

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2015			30.06.2014		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	2.478	-	-	4.901	-	-
A	0,5	91.096	(454)	(454)	450.219	(2.252)	(2.252)
B	1	89.541	(895)	(895)	55.147	(552)	(552)
C	3	33.144	(995)	(995)	42.181	(1.265)	(1.265)
D	10	7.788	(778)	(778)	20.086	(2.009)	(2.009)
E	30	13.833	(4.149)	(4.149)	9.334	(2.800)	(2.800)
F	50	1.638	(820)	(820)	9.532	(4.766)	(4.766)
G	70	1.191	(834)	(834)	8.018	(5.612)	(5.612)
H	100	18.232	(18.232)	(18.232)	39.736	(39.736)	(39.736)
Total		258.941	(27.157)	(27.157)	639.154	(58.992)	(58.992)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Saldo inicial	35.879	81.841
Reforço/(reversão)	12.190	29.093
Baixas para prejuízo	(20.912)	(51.942)
Saldo final	27.157	58.992

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	30.06.2015	% da carteira	30.06.2014	% da carteira
Maior Devedor	68.631	26,50%	43.827	6,86%
10 Maiores Devedores	139.320	53,80%	140.041	21,91%
20 Maiores Devedores	159.767	61,70%	165.612	25,91%
50 Maiores Devedores	171.104	66,08%	189.823	29,70%
100 Maiores Devedores	174.220	67,28%	203.193	31,79%

h) Informações Complementares

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Montante de créditos aditados / renegociados no período	305	1.080
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a)	13.949

(a) Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.06.2015	30.06.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	547.476	642.714
Devedores diversos - no País	1.196	2.304
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	15.714	8.375
Impostos e contribuições a compensar	32.178	52.294
Impostos e contribuições a recuperar	11	8
Títulos e créditos a receber	4.018	29.520
Ajuste ao valor de mercado de operações de arrendamento mercantil	-	1.276
Total	600.593	736.491
Ativo circulante	67.742	167.002
Ativo não circulante	532.851	569.489

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2015
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9. OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2015	30.06.2014
Bens não de uso próprio	3.868	5.046
Veículos e afins	3.868	5.046
(Provisão para desvalorização)	(a) (1.175)	(1.256)
Despesas antecipadas	1.078	4.468
Comissões por intermediação de operações	(b) 1.054	3.935
Despesas de serviços do sistema financeiro	2	7
Despesas de serviços técnicos especializados	-	92
Outras	22	434
Total	3.771	8.258
Ativo circulante	3.771	8.258

- (a) A Companhia reconheceu, no 1º semestre de 2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 116 (provisão no valores de R\$ 45 no 1º semestre de 2014).
- (b) Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originação.

10. INVESTIMENTOS

	30.06.2015	30.06.2014
Investimentos por incentivos fiscais	13.937	13.937
(Imparidade acumulada)	(4.938)	(4.918)
Total	8.999	9.019

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	30.06.2015	30.06.2014
Bens Arrendados	769.697	2.109.008
Veículos e afins	641.310	1.944.752
Máquinas e equipamentos	110.397	138.956
Móveis	3.379	1.903
Instalações	501	1.497
Sistemas de processamento de dados	14.110	21.900
Superveniências de Depreciações	173.251	1.213.279
Depreciação Acumulada	(577.671)	(1.712.723)
Diferido	19.487	24.299
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943
Amortização acumulada do diferido	(12.640)	(12.644)
Total	384.764	1.633.863

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	30.06.2015	30.06.2014
Valor presente	398.733	1.680.468
Credores por antecipação do valor residual	139.792	1.041.314
Valor presente das operações de arrendamento	258.941	639.154
(-) Valor contábil das operações	225.482	467.189
Arrendamentos a receber - recursos internos	270.877	589.592
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(260.926)	(572.507)
Valores residuais a realizar	151.678	1.149.306
Valores residuais a balancear	(151.678)	(1.149.306)
Títulos e créditos a receber	4.018	29.520
Bens arrendados	769.697	2.109.008
Depreciação acumulada de bens arrendados	(577.671)	(1.712.723)
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943
Amortização acumulada do diferido	(12.640)	(12.644)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	173.251	1.213.279

c) Depreciação acumulada

	30.06.2015	30.06.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(577.671)	(1.712.723)
(-) Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279
(=) Depreciação Acumulada	(404.420)	(499.444)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2015	30.06.2014
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00%do DI	06/2006	07/2027	30.735.198	27.643.217
Total				30.735.198	27.643.217
Passivo circulante				2.005.295	3.300.296
Passivo não circulante				28.729.903	24.342.921

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(35)	-
Carteira de livre movimentação	(35)	-
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(1.730.796)	(1.323.048)
Debêntures	(1.730.796)	(1.323.048)
Total	(1.730.831)	(1.323.048)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.06.2015	30.06.2014
FINAME		11.349	5.495
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.	11.349	5.495
Total		11.349	5.495
Passivo circulante		428	2.112
Passivo não circulante		10.921	3.383

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	30.06.2015	30.06.2014
Repasses do País - FINAME	50	378	1.310	9.611	11.349	5.495
Total					11.349	5.495

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Despesas de Obrigações por Repasses	(532)	(703)
FINAME	(532)	(703)
Total	(532)	(703)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2015	30.06.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	74.777	128.438
Impostos e contribuições a recolher	451	938
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	44.106	303.830
Provisão para demandas fiscais (Nota 22a)	2.697	3.313
Total	122.031	436.519
Passivo circulante	75.228	344.248
Passivo não circulante	46.803	92.271

b) Diversas

	30.06.2015	30.06.2014
Credores diversos - no País	3.769	9.734
Provisão para pagamentos a efetuar	2.716	2.926
Provisão para demandas cíveis (Nota 22a)	4.915	6.856
Ajuste a mercado op. de arrendamento	785	-
Total	12.185	19.516
Passivo circulante	11.918	19.516
Passivo não circulante	267	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2015
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Rendas de tarifas bancárias

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Aditamentos contratuais	-	16
Total	-	16

b) Despesas de Pessoal

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários de diretores e conselheiros	-	(204)
Encargos sociais	-	(62)
Total	-	(266)

c) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Aluguéis	(38)	(44)
Manutenção e conservação de bens	(18)	(20)
Material	-	(1)
Processamento de dados	(2.732)	(2.720)
Promoções e relações públicas	-	(2)
Publicações	(140)	(147)
Serviços do sistema financeiro	(231)	(909)
Serviços de terceiros	(2)	(6)
Serviços técnicos especializados	(3.675)	(2.827)
Emolumentos judiciais e cartorários	(467)	(372)
Impostos e multas de bens arrendados	(640)	(4.074)
Comunicações	(13)	-
Outras	(88)	(97)
Total	(8.044)	(11.219)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	1.921	899
Atualização de depósitos em garantia	591	168
Recuperação de encargos e despesas	611	193
Variação monetária ativa	802	490
Ressarcimento de custos associados	414	2.349
Total	4.339	4.099

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Provisão para passivos contingentes	(269)	-
Indenizações cíveis	(1.659)	(620)
Depósitos Judiciais	(10)	-
Parceiros comerciais	(1.347)	(2.049)
Outras	(286)	(24)
Total	(3.571)	(2.693)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Receitas não operacionais	1.092	21.099
Investimentos por incentivos fiscais (a)	-	17.721
Lucro na alienação de valores e bens	976	3.333
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	116	45
Despesas não operacionais	(1.193)	(3.550)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(20)	(1.993)
Desvalorização de outros valores e bens	(122)	(295)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(1.051)	(1.262)
Total	(101)	17.549

(a) Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada e aprovada a redução do Capital Social no montante de R\$ 126.000, sem alteração na quantidade de ações. A redução do Capital Social foi aprovada e homologada pelo BACEN em 23 de maio de 2014.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Semestre/2015			1º Semestre/2014				
	Saldo 31.12.2014	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo 31.12.2013	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda								
BV	1.386	(2.311)	925	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.386	(2.311)	925	-	-	-	-	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º	
	Semestre/2015	1º Semestre/2014
Valores correntes	(77.160)	(128.500)
IR e CSLL no País - Corrente	(74.778)	(128.500)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(2.382)	-
Valores Diferidos	52.183	78.079
Passivo fiscal diferido	82.582	138.758
Marcação a mercado	87	842
Superveniência de depreciação	82.495	137.916
Ativo fiscal diferido	(30.399)	(60.679)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(29.232)	(48.752)
Diferenças temporárias	(733)	(4.220)
Marcação a mercado	(434)	(7.707)
Total	(24.977)	(50.421)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º	
	Semestre/2015	1º Semestre/2014
Resultado antes dos tributos e participações	55.107	131.394
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	(22.043)	(52.558)
Outros valores	(2.934)	2.137
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(24.977)	(50.421)

c) Despesas Tributárias

	1º	
	Semestre/2015	1º Semestre/2014
Cofins	(2.995)	(6.553)
ISSQN	(522)	(666)
PIS	(487)	(1.065)
Outras	(723)	(270)
Total	(4.727)	(8.554)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2015	30.06.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	43.314	303.320
Marcação a mercado	792	510
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	44.106	303.830
Imposto de Renda	43.809	303.639
Contribuição Social	297	191

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	30.06.2015	30.06.2014
Diferenças temporárias	52.040	64.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.555	59.909
Provisões Passivas	2.701	3.739
Marcação a mercado	314	59
Outras provisões	470	502
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	495.436	578.505
Total dos Créditos Tributários Ativados	547.476	642.714
Imposto de Renda	527.961	618.636
Contribuição Social	19.515	24.078

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	19.930	18.627
Em 2016	24.342	21.302
Em 2017	15.691	12.165
Em 2018	10.899	7.554
Em 2019	9.431	5.834
A partir de 2020	467.183	149.073
Total de Créditos Tributários	547.476	214.555

No semestre findo em 30 de junho de 2015, observou-se a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 31.744 (R\$ 65.874 em 2014), correspondente a 60% (50% em 2014) da respectiva projeção de utilização para todo o ano-calendário de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015 (c)	1%	27%
Em 2016	1%	34%
Em 2017	1%	19%
Em 2018	1%	12%
Em 2019	1%	6%
A partir de 2020	95%	2%

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;
- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);
- (c) Projeção de consumo do crédito tributário para o 2º semestre de 2015.

19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração:

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários	-	204
Encargos sociais	-	62
Total	-	266

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	30.06.2015				Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	
Ativos					
Disponibilidades	31	-	71	-	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.268.231	-	4.268.231
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.717.331	-	26.717.331
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(30.734.918)	-	(30.734.918)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(284)	-	(284)
Outras obrigações	-	-	(61)	-	(61)
Resultado					
1º Semestre/2015					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.753.344	-	1.753.344
Despesas com captação	-	-	(1.730.633)	-	(1.730.633)

	30.06.2014				Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomera do Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	
Ativos					
Disponibilidades	24	-	178	-	202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.194.292	-	5.194.292
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	22.599.077	-	22.599.077
Outros créditos	-	-	16	-	16
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(26.136.015)	-	(26.136.015)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(23.359)	-	(23.359)
Resultado					
1º Semestre/2014					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	17.721	1.409.781	-	1.427.502
Despesas com captação	-	-	(1.237.380)	-	(1.237.380)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO

	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.268.231	4.268.231	5.194.292	5.194.292
Títulos e valores mobiliários	11.756	11.756	10.429	10.429
Instrumentos financeiros derivativos	26.717.331	26.717.331	22.599.078	22.599.078
Operações de arrendamento mercantil	258.157	259.280	581.437	581.437
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	284	284	23.359	23.359

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2015:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), em 30 de junho de 2015:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(662)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(21.919)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores Líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(40.831)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores Líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 30 de junho de 2015, para o prazo de um ano é 14,27%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,57% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Demandas fiscais (a)		Demandas cíveis (b)	
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Saldo inicial	3.347	3.302	5.916	7.504
Constituições	70	192	38	1.084
Reversão da provisão	(705)	(61)	(436)	(635)
Baixa por pagamento	(149)	(227)	(862)	(1.565)
Atualização monetária	134	107	259	468
Saldo final	2.697	3.313	4.915	6.856

(a) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias.

(b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações - Diversas.

Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2015	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	1.925	4.915
De 5 a 10 anos	772	-
Total	2.697	4.915

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	(a) 890	855
Demandas Cíveis	(b) 212	135
Total	1.102	990

(a) Referem-se basicamente ao questionamento referente à ISS, no valor de R\$ 58 (R\$ 56 em 30 de junho de 2014) e CSLL Recolhimento a menor no valor de R\$ 746 (R\$718 em 30 de junho de 2014).

(b) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2015	30.06.2014
Contingências fiscais	3.751	1.907
Contingências cíveis	11.963	6.468
Total	15.714	8.375

d) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*fundings*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 30 de junho de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Financeiro foi de 14,78 % (15,12% em 30 de junho de 2014).

Em 30 de junho de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,86 %.

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2014.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014. Na avaliação ora realizada, não foram identificados impactos relevantes para o Conglomerado.

c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

d) MP 675/2015

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades, de 15% para 20%. Essa MP entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2015. O Conglomerado aguardará a conversão da

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

MP 675/2015 em Lei para uma análise quanto aos impactos dessa MP nas Entidades do Conglomerado, em função de possíveis emendas à MP que podem ser propostas pelo Congresso Nacional.
